

Sumário

Parte 1 Direito Financeiro

Capítulo 1 – Atividade Financeira do Estado – AFE	3
1.1. Conceito	3
1.2. Características da AFE	4
1.3. A AFE e a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF	5
1.3.1. Alcance da LRF	7
1.3.2. Sanções Institucionais e a Lei Complementar nº 164/2018	8
1.4. <i>Accountability</i>	9
Capítulo 2 – Direito Financeiro	11
2.1. Conceito	11
2.2. Direito Financeiro, Ciência das Finanças e Direito Tributário	11
2.3. Competência Legislativa	12
Capítulo 3 – O Orçamento Público	17
3.1. Origem, Conceitos e Aspectos	17
3.2. Natureza Jurídica do Orçamento	18
3.2.1. Orçamento Impositivo	20
3.3. Orçamentos: Programa, de Desempenho e Base Zero	22
3.4. Orçamento Participativo	24
3.5. Princípios Orçamentários	26
3.5.1. O princípio da transparência (ou publicidade)	33
3.5.2. A Transparência e a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF	34

3.5.3.	O Relatório Resumido e o Relatório de Gestão (Quadro-Resumo)	37
3.5.4.	A Transparência e a Lei de Acesso à Informação Pública – Lei Federal nº 12.527/2011	39
3.6.	O Ciclo Orçamentário e o Exercício Financeiro.....	40
3.7.	Leis Orçamentárias	41
3.7.1.	Plano Plurianual – PPA.....	42
3.7.2.	Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO	44
3.7.2.1.	A LDO e a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF	45
3.7.2.2.	Os novos anexos da LDO exigidos pela LRF.....	46
3.7.3.	Lei Orçamentária Anual – LOA	47
3.7.3.1.	A LOA e a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF	50
3.8.	Processo Legislativo Orçamentário	51
3.8.1.	Iniciativa e apreciação.....	51
3.8.2.	Não envio da Lei Orçamentária.....	54
3.8.3.	Rejeição das Leis Orçamentárias	56
3.8.4.	Não devolução da Lei Orçamentária	56
3.8.5.	Controle concentrado da constitucionalidade das leis orçamentárias	57
3.9.	Créditos Adicionais	58
3.10.	Dotação dos Poderes e Órgãos.....	62
3.11.	Vedações Orçamentárias Constitucionais	63
3.12.	Desvinculação de Receitas – DRU, DRE, DRDF E DRM (Emenda Constitucional nº 93).....	65

Capítulo 4 – Despesa Pública..... 69

4.1.	Conceito	69
4.2.	Principais Classificações da Despesa Pública	69
4.3.	Estágios da Despesa Pública	82
4.4.	Adiantamentos	86
4.5.	O Regime Contábil da Despesa Orçamentária, os Restos a Pagar, as Despesas de Exercícios Anteriores, os Precatórios e as Anulações de Despesas	86
4.6.	A Despesa Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF	92
4.6.1.	Limitação de empenho (art. 9º)	92
4.6.2.	Geração da despesa (arts. 15 e 16)	94
4.6.3.	Despesa obrigatória de caráter continuado (art. 17)	94
4.6.4.	Despesas com pessoal (arts. 18-23).....	95
4.6.4.1.	Conceito de despesa com pessoal.....	95
4.6.4.2.	Limites para as despesas de pessoal	96
4.6.5.	Despesas nulas.....	100
4.6.6.	Transferências voluntárias.....	100
4.6.7.	Contrair obrigação em fim de mandato.....	101
4.6.8.	Despesas de competência de outro ente	102
4.6.9.	Destinação de recursos públicos para o setor privado	102
4.6.10.	Despesas com a Seguridade Social	103

4.7.	Novo Regime Fiscal: Emenda Constitucional nº 95 – Teto de Gastos.....	103
4.7.1.	Objetivo e contexto econômico-fiscal.....	103
4.7.2.	Vigência do Novo Regime Fiscal (NRF)	104
4.7.3.	Alcance do NRF.....	104
4.7.4.	Novos limites individualizados.....	104
4.7.5.	Saúde e educação.....	105
4.7.6.	Descumprimento e sanções.....	105
Capítulo 5 – Receita Pública.....		109
5.1.	Conceito	109
5.2.	Principais Classificações da Receita Pública.....	110
5.3.	Estágios da Receita.....	121
5.4.	Dívida Ativa	122
5.5.	Repartição de Receitas – Transferências Constitucionais.....	123
5.6.	A Receita Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.....	128
5.6.1.	Receita corrente líquida – RCL.....	128
5.6.2.	Instituição, previsão, arrecadação e renúncia de receitas	130
Capítulo 6 – Crédito Público		135
6.1.	Conceito e Natureza Jurídica	135
6.2.	Classificação dos Empréstimos	136
6.3.	Dívida Pública.....	136
6.3.1.	Competências do Congresso Nacional e do Senado Federal.....	136
6.3.2.	A dívida pública na Lei nº 4.320/1964	137
6.3.3.	A dívida pública na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.....	138
6.3.3.1.	Novas definições da dívida pública	138
6.3.3.2.	Limites para o endividamento público	138
6.3.3.3.	Extrapolação do limite da dívida consolidada, recondução e sanções (art. 31)	140
6.3.3.4.	As vedações em matéria de endividamento público (arts. 34 a 37).....	140
6.3.3.5.	AROs – Operações de crédito por antecipação da receita (art. 38).....	141

Parte 2

Controle Externo

Capítulo 7 – Sistemas de Controle Externo.....		145
Capítulo 8 – Regras Constitucionais sobre o Controle Externo.....		149
8.1.	O Modelo de Controle Externo no Brasil.....	149

8.2.	Tribunais de Contas	153
8.2.1.	Natureza jurídica dos Tribunais de Contas	153
8.2.2.	Natureza jurídica das decisões do Tribunal de Contas.....	156
8.2.3.	Eficácia das decisões do Tribunal de Contas.....	159
8.2.4.	Alcance da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial	160
8.2.5.	O Tribunal de Contas e o princípio do <i>devido processo legal</i>	167
8.2.6.	O Tribunal de Contas e o Controle de Constitucionalidade	172
8.2.7.	Competências constitucionais dos Tribunais de Contas.....	174
8.2.7.1.	Parecer prévio (art. 71, I, c/c arts. 31, §§ 1º e 2º, e 75 da CF)	174
8.2.7.2.	Julgamento de contas (art. 71, II, c/c art. 75 da CF)	177
8.2.7.3.	Controle de atos de pessoal (art. 71, III, c/c art. 75 da CF).....	182
8.2.7.4.	Competência corretiva (art. 71, IX e X e §§ 1º e 2º, c/c art. 75 da CF).....	184
8.2.7.5.	Auditorias e inspeções (art. 71, IV, VII, c/c art. 75 da CF)	186
8.2.7.6.	Apreciar contas nacionais de empresas supranacionais e recursos públicos transferidos voluntariamente (art. 71, V, VI, c/c art. 75 da CF).....	187
8.2.7.7.	Fixar o coeficiente dos fundos de participação (art. 161, parágrafo único, da CF)	188
8.2.7.8.	Dever de representação (art. 71, XI, c/c art. 75 da CF).....	189
8.2.7.9.	Aplicação de sanções aos gestores (art. 71, VIII, c/c art. 75 da CF).....	190
8.2.7.10.	Auxílio à comissão permanente do Poder Legislativo (art. 72 c/c art. 75 da CF).....	191
8.2.8.	Competências infraconstitucionais	192
8.2.8.1.	OTC e a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF	193
8.2.8.2.	OTC e a Lei de Crimes Fiscais (Lei Federal nº 10.028/2000)	194
8.2.8.3.	OTC e a Lei nº 8.666/1993.....	195
8.2.8.4.	OTC e as Leis do Fundeb e Fundef.....	196
8.2.8.5.	OTC e a Lei nº 4.320/1964.....	196
8.2.8.6.	Competência regulamentadora.....	197
8.2.8.7.	OTC e a Lei Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135/2010)	197
8.2.9.	O controle social e o Tribunal de Contas (Denúncias)	200
8.2.10.	Relação Tribunal de Contas – Controle Interno	201
8.2.11.	Composição dos Tribunais de Contas	202
Capítulo 9 – Questões de Concursos	211	
9.1.	Questões Comentadas (01 a 200) (Período 2008-2012)	211
9.2.	Gabaritos e Comentários.....	277
Referências Bibliográficas	357	